

Brasil é credor de US\$ 8 bilhões e renegocia dívida com devedores

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Cerca de US\$ 8 bilhões (valor nominal, excluindo-se a capitalização de juros) é a quantia que o Brasil tem a receber de países da América Latina, Caribe, África, Oriente Próximo (Egito e Iraque, basicamente) e Europa Oriental (Polônia).

Para convencer seus devedores a sentar-se à mesa de negociações, o Comitê de Avaliação de Créditos Externos (Comace), integrado por representantes dos Ministérios da Economia, Relações Exteriores, Banco Central, Banco do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional, vale-se de dois argumentos: oferece condições de renegociação favoráveis e acena com a possibilidade de concessão de novos créditos comerciais assim que a dívida for paga, observou a este jornal o embaixador José Arthur Denot Medeiros, diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (DEAIN).

Angola, que devia ao Brasil perto de US\$ 950 milhões e que em junho reduziu esse montante para cerca de US\$ 900 milhões não precisou saldar totalmente seus débitos para receber um crédito comercial de US\$ 68 milhões em junho último. Angola é um caso especial porque paga sua dívida com fornecimento de petróleo, mas mesmo os créditos que obtém no Brasil são sempre menores do que as parcelas que desembolsa para pagar o que deve.

Com os países da América Latina, Caribe e os africanos de língua portuguesa (Angola e Moçambique), o Brasil age de acordo com interesse políticos e estratégicos. Dessa forma, esses países acabam sendo beneficiados com modalidades concessionais que incluem a troca da dívida por títulos brasileiros no mercado secundário. "Os devedores têm a opção de pagar a dívida com o 'swap' de papéis do Multi Year Deposit



José Arthur Denot de Medeiros

Facility Agreement (Mydfa) e de se apropriar do desconto", comenta Denot Medeiros.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Mas mesmo assim, a dívida dos países vizinhos, de Angola e Moçambique, nem sempre é renegociada totalmente nestes termos. Em parte, o reescalonamento se faz mediante "swap" e em parte através de um alongamento de prazo para pagamento, explica.

O processo de recuperação de créditos começou há um ano. Com a criação do Comace. Os resultados são promissores, de acordo com Denot Medeiros, porque já existem acordos de reescalonamento negociados com a Polônia (US\$ 1,8 bilhão, depois que o Brasil, seguindo o Clube de Paris, perdooou 50% dos débitos daquele país), com a Costa Rica (US\$ 40 milhões), Moçambique (US\$ 325 milhões), Guiana (US\$ 37,5 milhões) e Suriname (US\$ 70,5 milhões). Angola já está no seu segundo convênio de crédito, tendo reduzido sua dívida para US\$ 900 milhões. Já estão marcadas negociações futuras com a Nicarágua (US\$ 90 milhões), em agosto, com a Zâmbia (US\$ 45 milhões), também em agosto, e com a Costa do Marfim (US\$ 12 milhões), em setembro.

Com a Polônia o Brasil deverá firmar dentro de al-

gumas semanas o acordo de reescalonamento da dívida, cuja negociação terminou em fevereiro, em Varsóvia, liderada pelo embaixador Denot Medeiros. Segundo ele, foram necessários dois meses para que os bancos centrais dos dois países fizessem a conciliação dos débitos. Para o diretor do Deain, agora que o Brasil concluiu suas negociações como devedor, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Clube de Paris, e bancos comerciais (em princípios), passa a ter mais credibilidade para negociar com os países que lhe devem.

A credibilidade brasilei-

ra, comenta o embaixador, também advém do fato de que o País tem tido uma postura de um devedor que também é credor e entende os problemas de capacidade de pagamento de seus devedores.

O Comace adota uma filosofia de combate ao imobilismo porque trata de receber dívidas que antes eram incobráveis, já que os devedores não tinham condições de pagar sem que o Brasil usasse modalidades concessionais, como o "swap", que contribuiu para a redução drástica dos débitos do Paraguai e da Bolívia, ponderou Denot Medeiros.